

COMUNICADO TÉCNICO

Tributação



FIERGS CIERGS

ALERTA GERENCIAL ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL

SUMÁRIO

LEITE EM PÓ - IMPORTAÇÃO - DIFERIMENTO - SUSPENSÃO	1
VEÍCULOS NOVOS - FATURAMENTO DIRETO AO CONSUMIDOR - OPERAÇÕES INTERESTADUAIS - BASE DE CÁLCULO - ALTERAÇÕES.....	2

LEITE EM PÓ - IMPORTAÇÃO - DIFERIMENTO - SUSPENSÃO

[Inteiro Teor](#)

Por meio do Decreto nº 53.942, publicado em 27 de fevereiro de 2018, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul alterou a redação da NOTA 03 do art. 53-B do Livro I do RICMS para suspender, no período de 1º de setembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2019, o diferimento para a etapa posterior do pagamento da parte do imposto devido que exceda 12% do valor da operação, nas entradas decorrentes de importação do exterior de leite em pó.

“ALTERAÇÃO Nº 4938 – No art. 53-B do Livro I, é dada nova redação à nota 03, conforme segue:

“NOTA 03 - Este diferimento fica suspenso no período de 1º de setembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2019.”

A alteração produz efeitos a partir de 1º de março de 2018.

GERÊNCIA TÉCNICA E DE SUPORTE AOS CONSELHOS TEMÁTICOS - GETEC

Conselho de Assuntos Tributários, Legais e Cíveis - CONTEC

contec@fiergs.org.br - Tel. +55 51 3347-8739

Coordenador: José Luiz Korman Tenenbaum

VEÍCULOS NOVOS - FATURAMENTO DIRETO AO CONSUMIDOR - OPERAÇÕES INTERESTADUAIS - BASE DE CÁLCULO - ALTERAÇÕES

[Inteiro Teor](#)

Por meio do Decreto nº 53.908, publicado em 31 de janeiro de 2018, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul acrescentou a alínea "h" à nota 04 do "caput" do inciso IX do art. 16 do Livro I do RICMS, para dispor sobre a convalidação da aplicação de determinados percentuais pela montadora ou importador para fins da determinação da base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com veículos automotores novos, promovidas por meio de faturamento direto ao consumidor.

"ALTERAÇÃO 4937 - No inciso IX do art. 16 do Livro I, fica acrescentada a alínea "h" à nota 04 do "caput", conforme segue:

"g) no período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro de 2017, referente à aplicação do disposto nos itens 43 e 44 das alíneas "a", "b" e "c"."

Assim, o valor resultante da aplicação dos percentuais a seguir indicados sobre o valor da operação, acrescido do valor do frete, nas operações interestaduais com veículos automotores novos, promovidas por estabelecimento industrial ou importador por meio de faturamento direto ao consumidor ficam convalidados no período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro de 2017 referente aos procedimentos adotados pela montadora ou importador.

a) destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo:

43 - 38,05%, quando a alíquota do IPI for de 17% ;

44 - 35,77%, quando a alíquota do IPI for de 24%.

b) destinados às regiões Sul e Sudeste, exceto ao Estado do Espírito Santo:

43 - 68,33%, quando a alíquota do IPI for de 17%;

44 - 64,06%, quando a alíquota do IPI for de 24%.

c) para as operações sujeitas à alíquota interestadual de 4%:

43 - 21,20%, quando a alíquota do IPI for de 17%;

44 - 19,95%, quando a alíquota do IPI for de 24%.

A alteração produz efeitos retroativos desde 05 de janeiro de 2018.

Sendo o que nos cabia informar no momento, permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento.